

CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS

2023



1.	IDENTIFICAÇÃO GERAL	2
2.	POLÍTICAS PÚBLICAS	3
2.1.	INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS	3
2.2.	POLÍTICAS PÚBLICAS	3
2.3.	METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDAM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	6
2.4.	RECURSOS PARA CUSTEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	8
2.5.	IMPACTOS ECONÔMICOS-FINANCEIROS DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	8
2.6.	COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES	9
3.	GOVERNANÇA CORPORATIVA	24
3.1.	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	24
3.2.	ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCO	26
3.3.	FATORES DE RISCO	29
3.4.	DADOS ECONÔMICOS-FINANCEIROS E COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO	30
3.5.	POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	31
3.6.	DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	34
	MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	36

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em atenção ao disposto no art. 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2023.

1. IDENTIFICAÇÃO GERAL

- CNPJ 44.837.524/0001-07. NIRE 35300008448.
- Sede: Santos/SP.
- Tipo de estatal: Empresa Pública.
- Acionista controlador: União.
- Tipo societário: Sociedade por Ações.
- Estrutura de capital: Capital fechado.
- Setor de atuação: Administração da infraestrutura portuária.
- Diretor de Administração e Finanças: Julio César Alves de Oliveira.
- Telefone: 13 3202-6565 / E-mail: julio.oliveira@portodesantos.gov.br
- Auditores Independentes atuais da empresa: Russell Bedford.
- Telefone: (11) 3313-3509; (11) 4007-1219.
- E-mails: saopaulo@russellbedford.com.br.
- Sítio eletrônico: <https://russellbedford.com.br/#>.
- Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa:
 - Carlos Henrique Martins de Lima;
 - Adilson Luiz Gonçalves;
 - Cassandra Maroni Nunes;
 - Fabio Lavor Teixeira;
 - Mariana Pescatori Candido da Silva;
 - Sidney Antonio Verde; e
 - Thiago Benito Robles.
- Data de divulgação: 26/04/2024.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

A Autoridade Portuária de Santos S.A. (APS) é uma empresa pública, revestida sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, dotada de personalidade jurídica de direito privado, sendo parte integrante da administração indireta da União, vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), regendo-se por seu Estatuto Social, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações, pela Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013; pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; pelo Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013; pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e demais legislações aplicáveis, e, respaldada pelo interesse coletivo que justificou sua criação, tendo por objeto social exercer as funções de autoridade portuária no âmbito do Porto Organizado de Santos, o maior e mais importante porto nacional, sob sua administração e responsabilidade, e demais instalações portuárias no Estado de São Paulo que lhe forem incorporadas, em consonância com as políticas públicas setoriais formuladas pelo Poder Concedente, exercido pelo MPor, ao qual se vincula.

De acordo com o artigo 2º do Decreto nº 85.309, datado de 30 de outubro de 1980, e em conformidade com o seu Estatuto Social, a Companhia é responsável pela operação e exploração do Porto de Santos em alinhamento com os objetivos, políticas públicas e programas de governo voltados para o desenvolvimento do setor portuário, tais como o Plano Estratégico do Ministério Supervisor, o Plano Mestre do Porto de Santos e o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ).

2.2. POLÍTICAS PÚBLICAS

A Companhia atua no setor portuário exercendo o papel institucional de Autoridade Portuária, conforme definido na Lei nº 12.815/13, que preceitua, em seu artigo 17, que a administração do porto é exercida diretamente pela União, pela delegatária ou pela entidade concessionária do porto organizado.

As atividades realizadas pela Companhia visam atender as políticas públicas do setor portuário, bem como ao seu objeto social, conforme estabelecido em seu Estatuto

Social, sem exclusão de outras funções previstas em Lei, e à Administração do Porto Organizado, em especial a Lei nº 12.815, de 2013, e o Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013:

I. Prover infraestrutura:

a. mediante a realização de obras e serviços de construção e melhoramento dos portos, de suas infraestruturas de proteção e de acesso aquaviário sob sua jurisdição ou responsabilidade;

b. fiscalizar ou executar as obras de construção, reforma, ampliação, melhoramento e conservação das instalações portuárias;

c. promover a realização de obras e serviços de construção e melhoramento dos portos, de suas infraestruturas de proteção e de acesso aquaviário sob sua jurisdição ou responsabilidade; e

d. promover a remoção de embarcações ou cascos de embarcações que possam prejudicar o acesso ao porto.

II. Organizar atividade portuária:

a. autorizar a entrada e saída, inclusive atracação e desatracação, o fundeio e o tráfego de embarcação na área do porto, ouvidas as demais autoridades do porto;

b. autorizar a movimentação de carga das embarcações, ressalvada a competência da autoridade marítima em situações de assistência e salvamento de embarcação, ouvidas as demais autoridades do porto;

c. suspender operações portuárias que prejudiquem o funcionamento do porto, ressalvados os aspectos de interesse da autoridade marítima responsável pela segurança do tráfego aquaviário;

d. estabelecer o regulamento de exploração do porto, observadas as diretrizes do Poder Concedente; e

e. estabelecer o horário de funcionamento do porto, observadas as diretrizes do Poder Concedente, e as jornadas de trabalho no cais de uso público.

III. Promover a fiscalização:

a. fiscalizar a operação portuária, zelando pela realização das atividades com regularidade, eficiência, segurança e respeito ao meio ambiente;

b. reportar infrações e representar perante a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), visando à instauração de processo administrativo e aplicação das penalidades previstas em lei, em regulamento e nos contratos; e

c. fiscalizar as áreas e instalações portuárias arrendadas, dentro dos limites dos portos organizados da Companhia.

IV. Realizar o planejamento e a exploração de atividades portuárias:

a. elaborar, revisar e submeter à aprovação do Poder Concedente, o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZPS) dos portos sob sua competência ou cuja administração esteja sob sua responsabilidade;

b. explorar, direta ou indiretamente, as áreas não afetadas às operações portuárias, desde que as destinações estejam previstas no PDZPS a critério do Poder Concedente;

c. elaborar o edital e realizar os procedimentos licitatórios para contratos de concessão e arrendamentos, sempre que determinado pelo Poder Concedente, nos termos do § 5º do art. 6º da Lei nº 12.815/2013; e

d. arrecadar os valores das tarifas relativas às suas atividades.

V. Outras funções:

a. decidir sobre conflitos que envolvam agentes que atuam no Porto Organizado de Santos, ressalvadas as competências das demais autoridades públicas;

b. exercer a coordenação das comissões locais de autoridades nos portos;

c. zelar pela segurança das operações portuárias;

d. comercializar direitos provenientes dos resultados de pesquisa, desenvolvimento e inovação da Companhia, relacionados ao setor portuário, mediante manifestação favorável do Poder Concedente; e

e. coordenar as funções de combate a emergências ambientais e de segurança do trabalho.

Parágrafo único. O disposto nas alíneas b e c do inciso II do *caput* não se aplica à embarcação militar que não esteja praticando comércio, nos termos do § 3º do art. 17 da Lei nº 12.815/2013.

A missão da Autoridade Portuária de Santos é desenvolver, administrar e fiscalizar o Porto de Santos, oferecendo serviços de infraestrutura eficientes aos seus clientes e usuários, bem como apoiar o poder público, o comércio e o desenvolvimento sustentável.

Fundamentada em seus valores de agilidade e eficiência, compromisso com o resultado, ética, inovação, trabalho em equipe e valorização das pessoas, a APS tem como visão ser a Autoridade Portuária modelo em sustentabilidade, integração portocidades, eficiência, agilidade, competitividade e integridade, de forma a tornar o Porto de Santos o maior porto da América Latina.

2.3. METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDAM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Em 2023 a APS elaborou o Plano Estratégico Ciclo 2023-2027, sendo a 1ª Fase aprovada pelo Conselho de Administração (Consad) em 20/09/2023. Nesta fase foram delineados a ideologia empresarial com a definição da missão, visão e valores internos, bem como os eixos estratégicos, temas, objetivos, relação de KPIs e iniciativas estratégicas.

O Plano foi formulado levando em consideração as principais políticas públicas voltadas para o setor portuário:

- Diretrizes Estratégicas do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor);
- Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos (PDZPS);
- Resultados da pesquisa de satisfação dos usuários + demandas Fala.BR; e
- Mapa de Riscos Corporativos.

Para alcançar sua visão, a atuação da Companhia se baseia em cinco eixos estratégicos.

EIXOS ESTRATÉGICOS				
EIXO 1	EIXO 2	EIXO 3	EIXO 4	EIXO 5
EXPANSÃO PORTUÁRIA	EFICIÊNCIA E GESTÃO	SUSTENTABILIDADE	INTEGRAÇÃO PORTO-CIDADES	INOVAÇÃO

Os objetivos do exercício, em uma escala micro, estão alinhados aos planos de metas trimestrais da Diretoria Executiva por meio do Honorário Variável Mensal (HVM). Estes objetivos foram definidos pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA/MPor) e pelo Conselho de Administração da APS (Consad). Sua aprovação foi realizada pelo próprio Consad da APS, considerando 7 categorias:

- Ações de Planejamento e Desenvolvimento Portuário;
- Ações de Gestão Logística e de Operações;
- Ações de Gestão Patrimonial;
- Ações de Sustentabilidade Econômico-financeira;
- Ações de Gestão Administrativa e de Pessoas;
- Ações de Sustentabilidade Ambiental e de Integração com a Comunidade;
- Ações de Expansão e Manutenção da Infraestrutura.

O HVM constitui um componente da remuneração variável dos diretores, com periodicidade trimestral de avaliação. Sua atribuição está ligada à avaliação dos resultados alcançados e ao cumprimento de metas estabelecidas para a Diretoria Executiva, em conformidade com os compromissos e iniciativas estabelecidos pela SNPTA/MPor e pelo Conselho de Administração da Companhia.

Cumprimento de metas HVM	2021	2022	2023
1º trimestre	100%	100%	100%
2º trimestre	100%	100%	100%
3º trimestre	100%	100%	100%
4º trimestre	100%	100%	95%

O compromisso da Diretoria Executiva em executar as ações da Companhia resultou em um índice médio anual de 98,75% no cumprimento das metas de gestão em 2023.

2.4. RECURSOS PARA CUSTEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Os recursos para custeio das políticas públicas são originados pela geração de caixa operacional da Companhia, advindos de:

- (i) receitas tarifárias, arrecadadas em decorrência da movimentação de cargas;
- (ii) receitas patrimoniais, oriundas dos arrendamentos de área;
- (iii) receitas de outorgas com leilões de arrendamentos; e
- (iv) receitas de aplicações financeiras.

2.5. IMPACTOS ECONÔMICOS-FINANCEIROS DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A execução orçamentária dos investimentos em infraestrutura realizada em 2023 foi de R\$ 11,5 milhões. Ao longo de 2023 foram investidos R\$ 22,2 milhões, com destaque para os projetos de modernização tecnológica, obras no Trecho Alamoá, e indenizações referente desapropriações na Margem Esquerda.

Diante do contexto de dificuldade em ganhar celeridade na execução de ações de investimento pela dinâmica de fatores exógenos e que, muitas vezes fogem ao controle da Companhia, como licenciamentos ambientais, desapropriações, judicializações, bem como entraves inerentes aos aspectos burocráticos da administração pública, a Autoridade Portuária de Santos tem intensificado os esforços para atuar em parceria com os terminais e demais agentes privados que atuam no Porto de Santos, viabilizando com agilidade e eficiência a execução do investimentos relevantes em áreas comuns do Porto, ou seja, fora da área arrendada dos terminais.

Políticas Públicas	Recursos a serem empregados (R\$ milhões)	Origem dos recursos	Previsão dos recursos da carta anterior	Recursos empregados (R\$ milhões)	Indicadores de resultados (realizado em 2023)
Prover infraestrutura	235,3	Próprio	n/a	11,5	Divisão modal (participação dos modos de transporte)
					Modo rodoviário: 56,07%
					Modo ferroviário: 26,82%
					Modo transbordo: 8,04%
					Modo dutoviário: 9,07%
					Market share nacional
Valor FOB: 29%					
					Carga containerizada (TEU): 37%
					Utilização da capacidade instalada: 96%
					Nível de serviço da manutenção: 95%
Prover fiscalização	51,6	Próprio ¹	n/a	0,6	Índice de atendimento do Plano Anual de Fiscalização (PAF): 100%
					Taxa de ocupação de berço: 60,30%
T.I.	19,5	Próprio	n/a	8,6	Índice de serviços públicos digitalizados: 42%
Outras funções ²	15,0	Próprio	n/a	1,5	Índice de Gestão das Autoridades Portuárias - IGAP (escala de 0 a 10): 8,5
					Índice de Eficiência Operacional: 15,56% ▼
					Fator de Vulnerabilidade do Sistema (FVS): 24,33 (não sofreu alteração) ▼
					IDA: 96,95 (última divulgação Antaq 2023, referente ao exercício de 2022)

¹ considera recursos da União: R\$1,2 milhão, oriundos de saldos anteriores.

² organizar atividade portuária, realizar o planejamento e exploração de atividades portuárias etc.

2.6. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

2.6.1. MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS

No acumulado de 2023, o Porto de Santos alcançou um novo recorde de 173,3 milhões de toneladas movimentadas, representando um aumento de 6,7% em relação ao recorde anterior estabelecido em 2022 (162,4 milhões t). Os embarques totalizaram 130 milhões t, desempenho 9,6% superior ao observado em 2022, enquanto os desembarques atingiram 43,3 milhões t, uma queda de 1,2% em relação ao movimento registrado até dezembro de 2022.

As maiores variações absolutas positivas nos embarques foram observadas no milho a granel, +5.101,2 mil t (31,4%); soja em grãos a granel, +5.086,9 mil t (19,9%) e açúcar a granel, +1.167,9 mil t (6,2%). Já as reduções mais expressivas ocorreram nos embarques de óleo diesel e gasóleo, -292,6 mil t (-13,1%); gasolina, -91,3 mil t (-8,9%) e soda cáustica, -60,0 mil t (-40,2%). Já nos desembarques, as maiores variações absolutas

positivas foram verificadas no óleo diesel e gasóleo, +602,4 mil t (39,4%); adubo a granel, +525,2 mil t (6,7%) e enxofre a granel, +127,4 mil t (7,0%). As reduções mais expressivas foram verificadas nas movimentações de carga containerizada, -950,9 mil t (-4,0%); GLP, -127,2 mil t (-36,0%) e soda cáustica, -123,0 mil t (-10,2%).

Contêiner: A movimentação acumulada de contêineres registrou a marca de 4,8 milhões de TEU (2,86 milhões de unidades), resultado 4,1% inferior ao resultado de 2022. Os desembarques responderam por 2,4 milhões de TEU (1,45 milhão unid.), resultado 3% inferior ao observado nos doze meses de 2022 (2,5 milhões de TEU / 1,5 milhão unid.). Nos embarques, foi registrada queda de 5,1%, passando de 2,48 milhões de TEU (1,46 milhão unid.) em 2022 para 2,35 milhões TEU (1,40 milhão unid.) em 2023. Em toneladas, a movimentação geral de cargas containerizada também sofreu uma redução ao apresentar queda de 1,9% ante o ano de 2022, totalizando 50,6 milhões de t.

Atracações: Durante os doze meses de 2023 ocorreram 5.452 atracções, patamar 5% superior ao registrado em 2022 (5.190). Excluídos os navios de passageiros e da Marinha, foram registradas 5.273 atracções, sendo 4.519 de navios de longo curso (aumento de 2,8% ante o ano de 2022) e 754 navios de cabotagem (alta de 7,1%).

Principais cargas: As cinco cargas mais movimentadas no Porto de Santos em 2023 foram: soja (40,3 milhões de toneladas), açúcar (22,5 milhões de toneladas), milho (21,4 milhões de toneladas), fertilizantes (9,0 milhões de toneladas) e celulose (7,4 milhões de toneladas).

Corrente Comercial: A participação do Porto de Santos na corrente comercial brasileira, ao longo de todo ano de 2023, concentrou 29% da fatia nacional.

2.6.2. DESEMPENHO FINANCEIRO

O excelente desempenho na movimentação de cargas, aliado à continuidade das ações de austeridade e racionalização de gastos, permitiram um crescimento de mais de 18,9% no lucro líquido que passou de R\$ 547,3 milhões, em 2022, para R\$ 650,7 milhões, em 2023.

Receita: Na avaliação do desempenho geral da receita houve expressivo crescimento de 12,3%. As receitas tarifárias, diante da revisão de modelo implementado

em 2022, contribuíram significativamente para a saúde financeira da Companhia. A arrecadação tarifária alcançou o patamar de R\$ 941,0 milhões.

Com relação à receita patrimonial, houve incremento da ordem de 31,6%, em decorrência dos novos contratos de arrendamentos, a otimização na exploração das áreas portuárias, bem como os reajustes contratualmente previstos.

Custos operacionais: Os custos operacionais totais sofreram redução de 4,2% em relação ao ano anterior e os custos recorrentes (excluindo eventos extraordinários) apresentaram redução de 3,9%. O principal fator que contribuiu para a redução foi o menor volume de despesas de dragagem de manutenção, com redução de 40,3%. Considerando o forte incremento alcançado nas receitas (+13,1%), a relação custos recorrentes/receita líquida demonstrou importante ganho de escala, com redução de 5,0 pontos percentuais.

Despesas gerais e administrativas: O total de despesas gerais e administrativas demonstrou redução de 13,4% em 2023. Na comparação das despesas recorrentes, excluindo eventos extraordinários, houve um aumento de 4,0% nas despesas, desempenho abaixo da inflação do período, que foi de 4,62%. A Companhia tem priorizado a implementação de uma cultura de austeridade e otimização de recursos que tem sido fundamental para o fortalecimento da saúde financeira da empresa. A relação despesas recorrentes/receita líquida demonstrou significativo ganho e passou de 8,4% em 2022 para 7,5% em 2023.

Ebitda ajustado: O Ebitda ajustado de 2023 refletiu o bom desempenho na receita e os ganhos de eficiência que mantiveram os custos e despesas sob controle, alcançando novo recorde de R\$ 861,1 milhões (55,2% de margem). Para efeito de mensuração do Ebitda ajustado, foram excluídos, principalmente, os impactos não recorrentes relacionados com resultados de leilões de sucata, rescisões e provisões extraordinárias, além de receitas extraordinárias recebidas por fatos geradores de anos anteriores.

Resultado financeiro: O resultado financeiro líquido demonstrou melhora significativa, sendo que o resultado de 2023 foi equivalente a R\$ 228,5 milhões de receitas financeiras líquidas, contra um valor de R\$ 136,5 milhões registrado em 2022. A receita financeira foi fortemente favorecida pela maior posição de caixa ao longo do ano

e pelo aumento das taxas de juros que se refletiram em expressivo crescimento no rendimento das aplicações financeiras.

2.6.3. INFRAESTRUTURA

Alinhadas às políticas públicas do setor portuário, a seu objeto social e aos objetivos estratégicos delineados, as ações da APS em 2023 tiveram como base, na esfera da infraestrutura portuária e de utilidades, a execução de obras viárias e de acostagem, bem como a garantia de que os equipamentos públicos se mantivessem disponíveis para atender aos níveis de utilização com qualidade, segurança e otimização de custos.

Programa de melhoria do sistema rodoferroviário do Porto de Santos

- Avenida Perimetral da Margem Esquerda (APME) – 2ª fase: serviços para complementação do sistema viário da região, promovendo racionalização do tráfego de veículos pesados, provenientes, sobretudo, de atividades de exportação. Em 2023, foi aprovada a revisão do traçado conceitual, para redução de desapropriações e atualização do projeto. Foram celebrados sete Termos de Acordo de Aquisição por Desapropriação Extrajudicial, totalizando 19,1 mil m² de áreas necessárias à implantação das obras;
- Avenida Perimetral da Margem Direita (APMD) – Alemoa: intervenções entre o Viaduto Dr. Paulo Bonavides e o início da Av. Engenheiro Augusto Barata (retão da Alemoa), para dar fluidez ao tráfego de veículos de cargas nas atividades de exportação/importação, além da construção de canal de drenagem, com maior capacidade de vazão. Em 2023, houve a execução parcial da obra (220m, contemplando três faixas da pista de saída do Porto e uma da pista de entrada). A reformulação contou com a construção de calçadas para pedestres e ciclovia. Além disso, ocorreu a finalização da supressão de vegetação, para instalação de caixa de retenção do sistema de drenagem. Considerando a necessidade de alargamento e retificação das vias de acesso de entrada e saída de carga do Porto de Santos, em 2023 foram executados serviços de remanejamento da rede de posteamento existente na região da rotatória da Alemoa, realizados pela CPFL (Contrato SPA /78.2023). Tais serviços foram fundamentais para a continuidade das obras de acesso da APMD-Alemoa;

- Avenida Perimetral da Margem Direita (APMD) – Canal 4/Ponta da Praia: pelo Contrato de Arrendamento nº 04/2020 (Eldorado Brasil Celulose Logística Ltda.), estão sendo realizados investimentos na região do Macuco, com a construção de viaduto, via de acesso periférica e passarela de pedestres. Estão previstas melhorias no trânsito e redução de gargalos relacionados ao fluxo de veículos pesados. O projeto, desenvolvido ao longo de 2023, inclui a reforma da Av. Engº Ismael Coelho de Souza e a construção de viaduto, transpondo as cinco linhas férreas, conectando o viário interno com a Av. Governador Mário Covas Júnior. Também será entregue uma passarela para travessia de pedestres sobre a Av. Governador Mário Covas Júnior, garantindo segurança e facilidade para usuários. Para acesso à passarela (lado município), será feita revitalização de uma praça no local, trazendo jardins, playground e área de convivência para os moradores do bairro do Estuário;
- Passarela de pedestres na região da Alfândega: a passarela localizada nas proximidades do prédio da Alfândega visa a garantir a transposição segura e acessível dos usuários da rua Antônio Prado e das linhas ferroviárias adjacentes. A obra de arte especial implantada conta com uma extensão total de 55,50m e é projetada de tal forma a atender às normas de acessibilidade, contemplando elevador para até 16 pessoas, escadas metálicas, além de bancos, jardim e patamares de descanso. O início das atividades se deu em julho de 2021 e teve sua conclusão em dezembro de 2022, ocorrendo em 16 de janeiro de 2023 a inauguração do empreendimento;
- Implementação da 3ª linha de acesso ao Terminal TEAG: a obra foi iniciada em novembro de 2022 e concluída em junho de 2023. Reestruturou os acessos ferroviários, para permitir a implantação de uma pera ferroviária única (com 3 linhas) e, futuramente, integrar as operações de dois terminais (TEG e TEAG). Foram construídos 400m de via férreas e implementados 3 AMV's (Aparelho de Mudança de Via);
- Remodelação do pátio ferroviário de Conceiçãozinha: a remodelação do pátio ferroviário de Conceiçãozinha prevê a realocação da estação existente, ampliação das vias férreas L5, L6 e "Desvio Novo" em aproximadamente 670m, o que permitirá o aumento da capacidade em complemento ao projeto ferroviário dos terminais TEG e TEAG. O empreendimento contempla a construção de nova base operacional, a

realocação da operação para a nova base, a ampliação das linhas férreas e a integração com a pera ferroviária do TEG e TEAG. A obra foi iniciada em julho de 2023 e está em andamento, com previsão de término em agosto de 2024;

- Pera ferroviária - Outeirinhos: alteração da geometria das atuais vias férreas do pátio da Santa, para um layout de pera ferroviária, visando assim, a alcançar uma operação de descarga de granéis contínua e sem desengate. A pera contempla, também, uma futura operação ferroviária de carregamento de fertilizantes, com a implementação de mais duas linhas em seu raio interior. O projeto está dividido em 7 etapas, com previsão de conclusão para 2026. Sua 1ª fase consistiu na revitalização do pontilhão nº 3 sobre o Canal do Mercado. A obra iniciou em outubro de 2023 e foi entregue em fevereiro de 2024. Esse foi o primeiro passo para garantir benefícios significativos à infraestrutura e eliminar gargalos operacionais existentes no Porto de Santos;

- Pátio do Macuco - cluster de celulose: implantação de novo pátio ferroviário entre o canal 4 e a Ponta da Praia, dotado de 3 vias férreas, para atendimento ao cluster de celulose. O projeto, após concluído, possibilitará o atendimento dos Terminais 31 (Gear Bulk), 32 (Suzano), STS14 (Eldorado) e STS14A (Bracell), proporcionando um volume de 10MM de ton úteis/ano para o Porto de Santos. A obra foi iniciada em agosto de 2023 e está em andamento, com previsão de conclusão em 2024;

- Ligação seca entre Santos e Guarujá (Túnel): uma das obras essenciais para garantir a continuidade do crescimento operacional, o empreendimento estimulará a expansão das atividades portuárias e impulsionará o desenvolvimento econômico da região. Em 2023, a Autoridade Portuária de Santos envidou esforços junto ao Governo Federal para viabilização das obras por meio de Parceria Público-Privada – PPP. Foi criada a Comissão Técnica Interinstitucional, com participação de entes particulares e públicos. Estabeleceu-se, em conjunto com as Prefeituras de Santos e Guarujá, o traçado conceitual para melhoria do projeto, amplamente debatido e aprovado pela Comissão, atendendo condicionantes dos órgãos ambientais. Dentre as melhorias, destacam-se: redução das desapropriações, realocação de famílias da Comunidade da Prainha (Guarujá), garantia do calado operacional e futuras dragagens de aprofundamento. Além disso, houve a celebração de contrato para assessoria técnica à elaboração dos estudos

vitais à estruturação do projeto do túnel imerso, a ser implementado por meio de realização de Parceria Público Privada – PPP.

Programa de melhoria do sistema aquaviário do Porto de Santos

- Estudos para aprofundamento do canal de acesso: foi prorrogado o Acordo de Cooperação Técnica nº 27/2022 (firmado com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT), para transferência de conhecimento e apoio técnico de engenharia nas atividades de diagnóstico, projeto, contratação, gestão e fiscalização da dragagem dos canais de acesso e berços do complexo portuário de Santos, visando à avaliação, ao aprimoramento e à consolidação das instituições signatárias na engenharia de dragagem, em benefício da manutenção e aperfeiçoamento da infraestrutura de acesso aquaviário do Porto. Foi celebrado o Contrato SPA/195.2023 (Universidade Estadual de Campinas - Unicamp), para o estudo de obras de proteção costeira e suas interferências com possíveis alterações no canal de acesso. Autorizou-se a contratação da Universidade de São Paulo (USP) e da Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica (FCTH), para atualização e complementação do “Estudo Hidráulico para Análise das Alterações nos Volumes de Assoreamento no Canal devido a Alterações Geométricas em seu Gabarito”, com vistas à obtenção de taxas anuais de assoreamento dos berços, acessos e canal de navegação, considerando as condições atuais de projeto da infraestrutura aquaviária do Porto Organizado, bem como para gabarito de -16m DHN;
- Aprofundamento dos berços entre os armazéns 12A e 20/21: celebrado o Contrato SPA/196.2023 (Náutica Marítima Serviços Ltda.), com vistas à dragagem de aprofundamento até a cota de -15,00m DHN dos berços de atracação dos armazéns 12A ao 20/21 e respectivos acessos, na margem direita do Porto de Santos.

Programa de melhoria do sistema nos equipamentos e redes de utilidades do Porto de Santos

- Telemetria: em 2023, foram realizados estudos e elaborado Termo de Referência para contratação de serviços especializados para operação e suporte dos sistemas de medição de energia elétrica e água, destinados à tarifação dos consumidores

vinculados à rede de distribuição da APS, de forma a otimizar a realização das leituras dos medidores, obtendo-as em menor tempo e com mais segurança;

- LED: substituição de luminárias de vapor de sódio por tecnologia LED nas áreas públicas do Porto de Santos, sob responsabilidade da APS, com redução de consumo de até 50%, aumento da segurança em áreas públicas e portuárias, redução das emissões de gases de efeito estufa, bem como retorno sobre o investimento de 3 a 5 anos (considerando apenas custos de energia e manutenção);
- Regulamentação – NAP: foram realizados estudos para implantação de normas e procedimentos a serem cumpridos pelos arrendatários e demais usuários, para requisições e solicitações referentes ao sistema de saneamento básico do Porto de Santos;
- Itatinga – Estudos PPP: projeto para repotencializar a Usina Hidrelétrica de Itatinga - UHI, produzir hidrogênio verde a partir de Itatinga e com a utilização de água de reúso da própria APS, explorar o potencial ecoturístico da UHI e implantar eletrificação do cais na margem direita;
- Energia elétrica e saneamento básico: a geração bruta da Usina Hidrelétrica de Itatinga em 2023 foi de 67,3 milhões de Kwh (fornecimento para consumo próprio e suprimento a arrendatários). Capacidade instantânea da Usina: 15Mw. O volume total de água tratada no ano foi de 854.441m³, ao passo que o de esgoto tratado foi de 287.235m³.

Programa de manutenção e zeladoria dos equipamentos públicos do Porto de Santos

- Manutenção da profundidade do canal do Porto: prorrogado até 2026 o Contrato SPA/124.2021 (Van Oord Serviços de Operações Marítimas Ltda.), para dragagem de manutenção nos trechos 1, 2, 3 e 4 do canal de acesso, bacias de evolução, áreas de acesso aos berços e nos berços de atracação do Porto de Santos, garantindo continuamente as profundidades de projeto, manutenção do Contrato SPA/87.2022 (Spectrah Oceanografia e Meio Ambiente Ltda. ME), com vistas à realização de levantamentos hidrográficos, necessários a mensurar o volume dragado em cada

campanha de dragagem, sendo executados 149 LHs mono/multifeixe nos berços de atracação, 40 LHs multifeixe no canal de acesso e 3 LHs multifeixe no PDO. A profundidade operacional do canal de acesso mantida em 2023 foi de -15,00m (0-Zero-DHN), sendo dragados cerca de 151.457,45 m³ nos berços de atracação, 905.074,40 m³ no trecho I e 936.547,53m³ nos trechos 2, 3 e 4;

- Manutenção de infraestrutura: serviços de manutenção de pavimentos, drenagem e varrição mecanizada. Ao longo de 2023, foram executados serviços de retirada, preparo de base e assentamento de paralelepípedos (42.000 m²) e intertravados (16.000 m²); concreto betuminoso usinado a quente – CBUQ (5.500t de tapa buraco e recapeamento), recapeamento asfáltico de vias (900t de massa asfáltica na Rua Xavier da Silveira, sentido Ponta da Praia), substituição de pavimento no Cais de Outeirinhos (10.000 m² de intertravados) e no Cais do Macuco (9.000 m² de pavimento);
- Serviços de conservação: ao longo de 2023, foram realizados serviços de pintura de guias (100 mil m), capinação (230 mil m²), roçada (1,5 milhões de m²), poda de árvores (9 unidades) e transplantes de árvores (4 unidades);
- Destinação de resíduos: 4.780t de recicláveis, 1.888t de compostagem, 678t de lixo comum, 212t de entulho. No 3º trimestre de 2023, foi reconhecido pela Cetesb o fato de não constar aterro sanitário como destinação final de resíduos no Porto de Santos, com 100% de reaproveitamento de todo resíduo durante esse período;
- Manutenção predial: dentre as principais atividades, destacou-se a manutenção do Museu do Porto e a implantação parcial de acessibilidade na edificação, a pintura externa dos armazéns do Completo da Presidência, a manutenção predial e a implantação de área externa na Ponte de Inspeção Naval (PIN), e a intensificação de ações de conservação (principalmente pintura) nas proximidades do Parque Valongo.

Infraestrutura de TI

A gestão da infraestrutura de TI focou na implementação de soluções críticas voltadas para a alta disponibilidade e a segurança cibernética. Ao longo de 2023 foram realizadas importantes iniciativas, incluindo a implantação de um novo data center, a expansão da capacidade de gravação de imagens para 180 dias em atendimento às

exigências da Portaria nº 143 da RFB, e a manutenção das Plataformas de Coleta de Dados (PCD) na usina de Itatinga, garantindo a eficiência e a precisão na coleta de dados operacionais.

2.6.4. LOGÍSTICA E OPERAÇÕES

As ações tomadas pela APS em 2023 foram voltadas para a modernização, eficiência e inovação no trabalho portuário. Essas iniciativas têm o potencial de posicionar a Companhia de maneira mais forte no cenário portuário, contribuindo para um futuro mais sustentável e competitivo.

- **Fiscalização:** Implantação do relatório de inspeção digital e de autos de inspeção eletrônicos;
- **Operações Aquaviárias:** Implantação de AIS próprio em parceria com a empresa Navalport e a digitalização das solicitações de pedidos de provisão dos navios.
- **Planejamento Logístico:** Atribuição das atividades relativas à Inovação no Regimento Interno da Companhia e a finalização da instalação de infraestrutura de monitoramento do perímetro portuário, projeto Sealog-infra.

2.6.5. INOVAÇÃO

A APS permanece envidando esforços na busca pela inovação e eficiência. Em 2023, a assinatura de novos acordos demonstra o compromisso contínuo com o desenvolvimento e aprimoramento do Porto de Santos.

Destacamos a parceria com a Fundação CENEP para concessão de bolsas de iniciação científica e pesquisa aplicada. Essa iniciativa além de oferecer oportunidades valiosas para estudantes e pesquisadores, também irá fortalecer a relação entre a academia e o setor portuário. A aplicação da pesquisa científica visa trazer inovações significativas para a operação portuária, melhorando processos, sustentabilidade e eficiência.

Novas parcerias firmadas em 2023:

- Assinatura do Termo de Fomento junto a Fundação CENEP, com investimento de R\$2.160.000,00 para o fornecimento de 70 bolsas para pesquisa científica aplicadas ao setor portuário.
- Acordo de Cooperação junto a USP e a Universidade de Kyushu para o desenvolvimento de câmeras inteligentes na fiscalização das operações portuárias.
- A Cooperação com a Viafrota visa criar canais de comunicação e desenvolvimento de sistema integrado de controle logístico, possibilitando o gerenciamento e rastreamento dos veículos responsáveis pelo transporte de cargas destinadas à exportação no Porto de Santos.
- Com a Rightship, a parceria busca desenvolver a Plataforma de Gerenciamento de Risco de Portos e Terminais, a fim de gerenciar o nível de risco de segurança, relacionado às embarcações que acessam e que irão acessar o Porto de Santos.

2.6.6. SEGURANÇA PÚBLICA PORTUÁRIA

Em atendimento ao disposto no Decreto 11.765, de 1 de novembro de 2023, o qual instaurou a Operação da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) nas fronteiras, portos e aeroportos do Brasil, o Grupo de Ações Estratégicas – GAE da Guarda Portuária realizou diversas ações conjuntas com o Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil, com vistas ao fortalecimento das ações de prevenção e repressão de delitos nas poligonais e limites do Porto de Santos na Operação denominada Lais de Guia.

Diversas ações integradas foram realizadas entre a Guarda Portuária, demais setores da Companhia e autoridades intervenientes do Porto Organizado. Destacam-se: a participação na Operação RegulAr, em conjunto à Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), que teve como objetivo principal fiscalizar a emissão de fumaça pelos caminhões que trafegam no Porto de Santos; a participação na Operação Portos, em conjunto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que teve como objetivo verificar a regularidade da implementação/execução da Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas (PNPM-TRC), instituída pela Lei nº 13.703/2013, de 8 de agosto de 2018, bem como a conformidade do transporte

rodoviário de produtos perigosos e transporte de cargas em geral; e demais ações ordinárias conjuntas de fiscalização com a Polícia Federal, Receita Federal e Marinha do Brasil, bem como ações de fiscalização de operações em conjunto à Superintendência de Meio Ambiente da Companhia.

Durante o ano de 2023, a Guarda Portuária realizou 14.233 atendimentos, com um aumento de 35,74% dos atendimentos em comparação ao ano anterior. A maioria dos atendimentos foram realizados para atender aos terminais e usuários do Porto de Santos.

2.6.7. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Durante o ano de 2023, foram publicadas Normas da Autoridade Portuária (NAP) importantes para conformidade ambiental no Porto Organizado de Santos:

- NAP.SUMAS.OPR.019.2023 estabelece condicionantes para a operação dos berços de atracação “Bocaina” e “São Paulo” do cais da Ilha Barnabé;
- NAP.SUMAS.OPR.020.2023 - estabelece procedimentos de controle e monitoramento da Fauna Sinantrópica Nociva (FSN) nas áreas do Porto Organizado de Santos;
- NAP.SUMAS.OPR.018 - estabelece procedimentos para o credenciamento de empresas para prestação de serviços de abastecimento de água potável para consumo humano de bordo de embarcações nas áreas do Porto Organizado de Santos;
- NAP.SUMAS.GCO.001.2023 – estabelece reporte periódico de informações de interesse da fiscalização ambiental, de saúde e segurança do trabalho.

Principais realizações em 2023:

- **Índice de Desempenho Ambiental (IDA):** A Antaq utiliza esse índice para avaliar o grau de desempenho dos portos em relação às boas práticas ambientais. É estruturado em 38 indicadores distribuídos 4 eixos e APS alcançou nota 96,95 na divulgação realizada pela Antaq em 2023 (IDA

referente ao ano de 2022, divulgada no ano de 2023), a maior pontuação obtida desde a criação do índice.

- **Licença Ambiental: compromisso com a conformidade ambiental no Porto de Santos:** O Porto Organizado de Santos opera sob o amparo de licença ambiental concedida pelo Ibama em nome da Autoridade Portuária de Santos (APS). A Licença de Operação (LO) do Porto Organizado de Santos foi renovada em 2022 por 10 anos, estendendo sua validade, portanto, até **2032**.

- **Inventários de Emissões de GEE:** Em 2023, a APS publicou mais uma edição do "Inventário de gases causadores do efeito estufa" (ano-base 2022). Para ter acesso aos Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa realizados pela APS, acesse o site do Porto de Santos em <https://www.portodesantos.com.br/wp-content/uploads/Inventario-de-GEE-2022-Final-com-Anexos.pdf>

- **GT de Negócios Oceânicos:** O Pacto Global da ONU a partir de sua Plataforma de Ação pela Água e Oceano, deu início no ano de 2023 ao Grupo de Trabalho (GT) de Negócios Oceânicos. O objetivo da iniciativa é mapear cenários nacionais e internacionais sobre transição energética e descarbonização dos setores marítimo e portuário e endereçar as oportunidades e desafios para o Brasil. A APS faz parte deste GT desde sua fundação, participando de forma ativa na construção de propostas e possibilidades.

- **Gestão de Resíduos:** A APS tem como premissa a garantia do adequado cumprimento de todas as etapas do processo de gerenciamento de resíduos (da geração à destinação). Para resíduos próprios, a APS possui o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, que fornece condições e recursos adequados ao seu gerenciamento, além de desenvolver uma cultura focada na sequência lógica de não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, educação e gestão ambiental. Neste sentido, a APS

desenvolveu o Índice de Desvio de Descarte (IDD) que mede a quantidade de resíduos destinados para alternativas que beneficiem os resíduos.

- **Operação RegulAr:** A Operação Regular é realizada pelos núcleos de meio ambiente e de segurança pública portuária da APS em parceria com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), com o objetivo de fiscalizar e conscientizar os caminhoneiros sobre a importância da manutenção regular de seus veículos e sobre os impactos ambientais da poluição atmosférica. Além da medição das emissões de gases, as equipes de fiscalização também orientaram motoristas, por meio da distribuição de panfletos educativos e abordagem direta, sobre a importância de manterem seus caminhões regulados, por meio da manutenção periódica de seus veículos, com vistas à prevenção da qualidade do ar.

Em 2023, foram realizadas duas operações, uma em junho e outra em dezembro, sendo ambas na Avenida Perimetral.

2.6.8. INTEGRAÇÃO PORTO-CIDADES

A APS incorporou em seu Plano Estratégico a Integração Porto-Cidades, e em 2023 manteve a condução de relevantes iniciativas junto à comunidade portuária:

Na perspectiva educacional e cultural destacam-se as iniciativas realizadas pela Fundação Centro de Excelência Portuária de Santos (Cenep) e pelo Museu do Porto de Santos. Essas iniciativas estão relacionadas às visitas técnicas pelo estuário que abriga o Porto de Santos e ao Museu do Porto pela população local e turistas. Além disso, há a oferta de dezenas de cursos de capacitação voltados aos trabalhadores portuários e pessoas da comunidade. Cabe destacar, ainda nessa perspectiva, o início das obras do Parque Valongo que, quando finalizado, fortalecerá ainda mais o turismo, o lazer, a convivência, o esporte, a ciência e a cultura na região.

Patrocínios: As ações de patrocínio da APS têm como princípio divulgar a atuação da Companhia, fortalecendo a sua reputação e as relações Porto-Cidades, e contribuindo para o desenvolvimento regional e nacional. A APS seleciona projetos que abrangem áreas culturais, socioeducacionais, esportivas, ambientais e eventos mercadológicos. Ao longo de 2023, os seguintes patrocínios ocorreram:

<p style="text-align: center;">Projetos Culturais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Chorinho no Aquário; • A História do Porto de Santos; • Santos Jazz Festival; • Festival de Cenas Teatrais (Fescete). 	<p style="text-align: center;">Projetos Esportivos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Corrida Porto-Cidade; • Meia Maratona de Santos; • Troféu Ana Marcela.
<p style="text-align: center;">Projetos Ambientais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mantas do Brasil; • Festival Oceano. 	<p style="text-align: center;">Projetos Sociais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Banco de Alimentos Descentralizado e Agricultura Urbana

2.6.9. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em 2023, a Companhia promoveu a II Jornada ESG do Porto de Santos, realizada nos dias 1, 2 e 3 de agosto, com uma programação tanto presencial quanto online. O evento atraiu 499 participantes e abordou uma variedade de temas importantes para o desenvolvimento sustentável do Porto, incluindo economia azul, liderança feminina e equidade na gestão, ação e inovação climática, dentre outros. Durante o evento, houve a assinatura do “Manifesto aos valores ESG do Porto de Santos”, uma declaração pública de compromisso sólido de apoio a esse movimento pioneiro no âmbito corporativo portuário.

A assinatura deste Manifesto marca o início de uma jornada dedicada à implementação de práticas baseadas nos princípios ESG (Ambiental, Social e de Governança), com o objetivo de facilitar a comunicação, o intercâmbio de experiências e a promoção de ações coletivas alinhadas com as diretrizes estabelecidas pelo Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), visando atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o Porto de Santos.

O propósito é não apenas fortalecer a competitividade das empresas, mas também contribuir para a construção de um mundo mais sustentável e socialmente consciente. Atualmente, o Manifesto conta com 26 signatários e 3 apoiadores.

Outro destaque em 2023 foi a implementação do Manual de Diligência de Integridade para Terceiros nas Contratações e Relacionamentos, que representa um avanço significativo no fortalecimento do Programa de Integridade, pois inclui o procedimento como uma etapa necessária para habilitação das empresas que pretendem fornecer bens e serviços à APS.

3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

3.1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A Companhia tem por objeto social, conforme estabelecido em seu Estatuto Social, exercer as funções de autoridade portuária no âmbito do Porto Organizado de Santos, sob sua administração e responsabilidade, e demais instalações portuárias no Estado de São Paulo que lhe forem incorporadas, em consonância com as políticas públicas setoriais formuladas pelo Poder Concedente, exercido pelo Ministério de Portos e Aeroportos, ao qual se vincula.

MISSÃO	VISÃO	VALORES
Desenvolver, administrar e fiscalizar o Porto de Santos, oferecendo serviços de infraestrutura eficientes aos seus clientes e usuários, bem como apoiar o poder público, o comércio e o desenvolvimento sustentável.	Ser Autoridade Portuária modelo em sustentabilidade, integração portuárias, eficiência, agilidade, competitividade e integridade, de forma a tornar o Porto de Santos o maior porto da América Latina.	<ul style="list-style-type: none"> • Agilidade e Eficiência; • Compromisso com o Resultado; • Ética; • Inovação; • Trabalho em Equipe; • Valorização das pessoas.

A Autoridade Portuária de Santos tem a competência de arrecadar, no Porto de Santos, as tarifas estabelecidas. Essas tarifas visam permitir a justa remuneração do capital, promover melhorias e a expansão dos serviços e assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia.

As tarifas portuárias são organizadas em tabelas específicas para cada tipo de serviço prestado pela APS para atendimento aos armadores, operadores portuários e demais requisitantes:

TABELA	DESCRIÇÃO	NORMAS DE APLICAÇÃO
TABELA I	INFRAESTRUTURA DE ACESSO AQUAVIÁRIO	<p>As tarifas desta Tabela remuneram a utilização da infraestrutura de acesso aquaviário, isto é:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. As obrigações da Administração Portuária definidas nos artigos 17 e 18 da Lei nº 12.815, de 2013; 2. Profundidades adequadas às embarcações no canal de acesso, nas bacias de evolução e junto às instalações de acostagem; 3. Balizamento e a sinalização do canal de acesso, desde o seu início até as instalações de acostagem; 4. Áreas de fundeio; e 5. Demais requisitos da infraestrutura quanto à prevenção de riscos operacionais e ambientais, incluindo gestão e combate às emergências.

TABELA II	INSTALAÇÕES DE ACOSTAGEM	<p>As tarifas desta Tabela remuneram a utilização da infraestrutura de acostagem, isto é:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. As obrigações da Administração Portuária definidas nos artigos 17 e 18 da Lei nº 12.815, de 2013; 2. Cais, píeres e pontes de atracação que permitam a execução segura da movimentação de cargas, de tripulantes e de passageiros; 3. Instalações, redes e sistemas, localizados na faixa de cais, para iluminação, água, esgoto, energia elétrica, telecomunicações, combate a incêndio, proteção ambiental, segurança do trabalho, sanitários e estacionamento, bem como vigilância dessas dependências portuárias
TABELA	DESCRIÇÃO	NORMAS DE APLICAÇÃO
TABELA III	INFRAESTRUTURA OPERACIONAL OU TERRESTRE	<p>As tarifas desta tabela remuneram a utilização da infraestrutura terrestre, por ela mantida, que os operadores portuários ou requisitantes encontram para acesso e execução de suas operações no porto, incluindo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Obrigações da Administração Portuária definidas nos artigos 17 e 18 da Lei nº 12.815, de 2013; 2. Arruamento; 3. Pavimentação; 4. Sinalização e iluminação; 5. Acessos rodoviários ou ferroviários, quando construídas ou mantidas pela Administração Portuária; 6. Dutos e instalações de combate a incêndio; 7. Redes de água; 8. Esgoto; 9. Despesas com Energia Elétrica e Telecomunicação; 10. Instalações sanitárias; 11. Áreas de estacionamento; 12. Sistema de proteção ao meio ambiente e de segurança do trabalho; 13. Vigilância das dependências portuárias.
TABELA	DESCRIÇÃO	NORMAS DE APLICAÇÃO
TABELA IV	MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS	NÃO SE APLICA
TABELA V	UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE ARMAZENAGEM	NÃO SE APLICA
TABELA VI	UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	NÃO SE APLICA
TABELA VII	DIVERSOS PADRONIZADOS	As tarifas desta tabela remuneram os atendimentos prestados pela Administração do Porto no fornecimento de água e de energia elétrica, na atracação, desatracação e deslocamento das embarcações ao longo do local de

		acostagem e, ainda, quaisquer prêmios de natureza diversa ou não enquadrados nas tabelas anteriores.
TABELA VIII	USO TEMPORÁRIO E ARRENDAMENTO REALIZADO COM BASE EM ESTUDOS SIMPLIFICADOS	As tarifas desta tabela remuneram o uso de área para movimentação ou armazenagem de cargas em contratos de uso temporário e arrendamentos realizados com base em estudos simplificados individualizados para cada área e tipo de carga.
TABELA IX	COMPLEMENTARES	-

3.2. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCO

O modelo de Gestão de Riscos e Controles Internos estão alinhados com a Política de Gestão de Riscos vigente, que foi revisada de acordo com as boas práticas de governança que estabelecem a prática de revisões periódicas dos normativos da Companhia. Aprovada na 652ª reunião do Conselho de Administração, através da deliberação nº 16.2023, de 19 de janeiro de 2023, esta Política de Gestão de Riscos e Controles Internos tem por finalidade estabelecer a estrutura e o processo de governança corporativa dos riscos, os princípios, diretrizes e responsabilidades que orientam a gestão de riscos e controles internos de forma integrada.

A Autoridade Portuária de Santos acredita na gestão de riscos proativa envolvendo toda a organização como ferramenta na busca do alcance dos seus objetivos. Conforme definido em sua Política de Gestão de Riscos, a Companhia estrutura os papéis e as responsabilidades de acordo com o Modelo das Três Linhas, proposto pelo *Institute of Internal Auditors*.



Fonte: Modelo das três linhas do IIA 2020.

A **1ª linha de Defesa** é formada pelas Unidades Organizacionais, que atuam nas operações da Companhia. Essas unidades são responsáveis pela identificação de riscos dentro dos processos em que atuam e pela operacionalização dos controles internos, monitoramento e implementação de ações preventivas e corretivas para mitigação dos riscos.

A **2ª linha de Defesa** está estruturada pela Superintendência de Governança, Riscos e *Compliance*, composta pelas Gerências de Planejamento Estratégico e Governança, *Compliance*, Secretaria de Governança Corporativa e Supervisão de Riscos e Controles Internos. Esta estrutura tem a função de apoiar a primeira linha de defesa na construção de diretrizes e metodologia para gestão e mitigação dos riscos, assim como de disseminar o conhecimento e cultura de Riscos, Controles Internos e *Compliance* na Companhia.

A **3ª linha de defesa** é realizada pela Superintendência de Auditoria, cuja responsabilidade é avaliar de forma sistemática o processo de gerenciamento de riscos na Companhia, com atuação de forma independente nos processos de medição e

avaliação da eficácia e eficiência dos controles internos da Companhia, além de recomendar melhorias quando necessário.

Como forma de operacionalizar as diretrizes da Política de Gestão de Riscos, a Companhia apresenta dois normativos internos detalhando as atividades referentes a gestão de riscos de processos e gestão de riscos corporativos.

Também fazem parte do ambiente de controle e governança da Autoridade Portuária de Santos, os seguintes normativos:

- Estatuto Social vigente;
- Código de Ética;
- Manual de Conduta e Integridade;
- Política de Transações com Partes Relacionadas;
- Política de Gestão de Pessoas;
- Política de Competências e Alçadas Decisórias dos Administradores;
- Política de Divulgação de Informações relevantes;
- Política de Governança Corporativa;
- Política de Porta-Vozes;
- Política de Seleção dos Titulares das Unidades Internas de Governança;
- Política de Indicação e Sucessão dos membros dos Órgãos Estatutários;
- Política de Remuneração dos membros dos Órgãos Estatutários;
- Regimento Interno da Autoridade Portuária de Santos;
- Regulamento Interno de pessoal;
- Plano de Dispêndios Globais; e
- Relatório Anual de Auditoria Interna.

A Companhia tem contratado serviços de auditoria independente para avaliar os dados financeiros, emissão das demonstrações contábeis anuais, bem como informações trimestrais, as quais são dadas publicidade por meio de jornal de grande circulação na região e em sítio eletrônico.

Em conformidade com as normas brasileiras de auditoria, os auditores independentes avaliam a eficácia dos controles internos em nível de entidade, operacionais, financeiros e de tecnologia da informação, referentes ao processo de

preparação e divulgação das demonstrações contábeis, a fim de fornecer segurança razoável em relação à confiabilidade do processo de preparação e divulgação das demonstrações contábeis. Com o objetivo de assegurar a independência dos auditores independentes, eles não prestam serviços além daqueles relacionados à avaliação das demonstrações contábeis da Companhia.

As demonstrações contábeis também passam por revisão e avaliação dos órgãos estatutários, ou seja, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria Estatutário, Conselho Fiscal e submetidas à aprovação do Conselho de Administração.

Reforçando as melhores práticas na preparação e divulgação das demonstrações contábeis, o Comitê de Auditoria Estatutário assessora o Conselho de Administração, no exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização, manifestando-se, dentre outros, sobre a qualidade das demonstrações contábeis, a efetividade dos controles internos e da auditoria independente.

3.3. FATORES DE RISCO

Por meio dos trabalhos de mapeamento dos riscos corporativos, foram identificados e classificados os principais riscos que podem afetar o alcance dos objetivos institucionais e a continuidade das atividades da Companhia. Relacionamos abaixo as categorias desses riscos:

Imagem e Reputação	Comunicação externa
	Comunicação e Divulgação
Meio Ambiente	Mudanças Climáticas
Modelo de negócio	Mercado e concorrência
	Modelo estatal
Político Econômico	Econômico
	Regulatório
Conformidade	Legislações e resoluções
Governança e Integridade	Conduta Ética e Integridade
	Cultura Organizacional
	Estrutura Organizacional
Sustentabilidade	Responsabilidade Ambiental e Social
Financeiro	Gestão de Investimentos

	Gestão Financeira
Comercial	Gestão de Contratos de Clientes
Operação	Capacidade e eficiência operacional
	Contratação de Bens e Serviços
	Infraestrutura
	Logística
	Segurança Pública e Patrimonial
Pessoas	Disponibilidade de Recursos Humanos
	Saúde e Segurança no Trabalho
Tecnologia da informação	Inovação e Tecnologia
	Segurança da Informação
	Sistemas de TI

Como forma de tratamento para os riscos identificados foram encaminhados para as áreas técnicas formulários para formalização dos mitigadores existentes, definição de indicadores para acompanhamento e caso necessário, elaboração dos planos de tratamento para redução dos níveis dos riscos.

O monitoramento realizado pelas áreas técnicas, bem como o resultado de avaliações específicas e demais informações da gestão de riscos da Autoridade Portuária de Santos são reportados trimestralmente aos órgãos de governança da Companhia.

3.4. DADOS ECONÔMICOS-FINANCEIROS E COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO

As principais ações da Companhia no ano de 2023 foram alinhadas aos cinco eixos estratégicos delineados em seu Plano Estratégico. O status das iniciativas estratégicas, os resultados dos indicadores e os desafios para o próximo período são apresentados no Relatório Anual de 2023.

Além disso, o relatório de Conclusões do Conselho de Administração sobre o Plano de Negócios e Estratégia de Longo Prazo da Companhia inclui uma análise do cumprimento das metas empresariais no exercício, conforme estabelecido no artigo 23, § 2º, da Lei nº 13.303/16.

O Relatório Anual de 2023, juntamente com as demonstrações financeiras e o Relatório de Conclusões do Conselho de Administração do Plano de Negócios e Estratégia de Longo Prazo, estão disponíveis para acesso no site do Porto de Santos.

DOCUMENTO	LINK DE ACESSO NO SITE DO PORTO DE SANTOS
Relatório Anual 2023	https://www.portodesantos.com.br/informacoes-financeiras/visao-geral-financeiro/?pagina=informacoes-financeiras/relatorios-aneais/
Demonstrações Financeiras	https://www.portodesantos.com.br/informacoes-financeiras/visao-geral-financeiro/?pagina=informacoes-financeiras/central-de-resultados/
Conclusões do Conselho de Administração do Plano de Negócios e Estratégia de Longo Prazo	https://www.portodesantos.com.br/santos-port-authority/governanca-corporativa/conselhos-e-orgaos-colegiados/

A Companhia adota a prática de remuneração variável dos dirigentes, por meio do Honorário Variável Mensal (HVM) e Programa de Remuneração Variável Anual (RVA) de forma a promover os objetivos e metas definidos pela SNPTA e Conselho de Administração. Em 2023 a Diretoria Executiva atingiu 100% no cumprimento das metas de gestão do HVM nos 3 primeiros trimestres do exercício e 95% no último trimestre.

Nesse sentido, foi aprovado pela SEST o montante de R\$ 608.191,35 para o pagamento da rubrica de Honorários Variáveis à Diretoria Executiva, dos quais foram pagos efetivamente R\$ 517.129,06.

3.5. POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura de governança da Companhia é fundamentada em seu Estatuto Social, que delinea os elementos fundamentais de sua existência, incluindo seu objeto social, o capital empregado em suas operações e sua administração, entre outros aspectos cruciais.

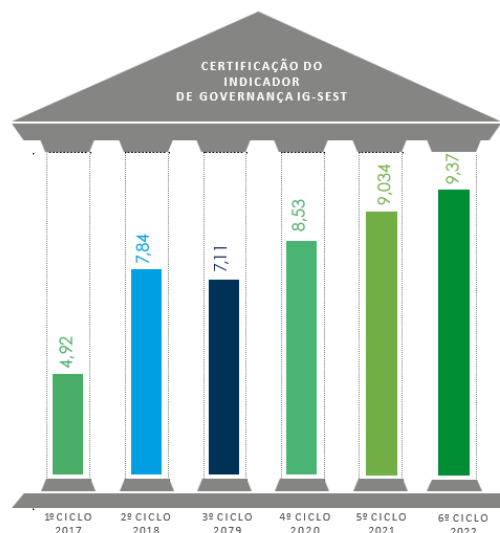
A Autoridade Portuária de Santos adota como referência as melhores práticas de governança corporativa promovidas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), pelo segmento Novo Mercado da B3 e pelas Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Essa abordagem

visa aprimorar continuamente o nível de maturidade e eficácia dos processos de governança.

O sistema de governança é sustentado por quatro pilares fundamentais: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. Ele estabelece como a Companhia deve ser gerenciada, monitorada e incentivada, estabelecendo as relações entre acionistas, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, órgãos de fiscalização e controle, e outras partes interessadas.

O Sistema de Integridade é também uma importante ferramenta de governança da Companhia, que engloba um conjunto de agentes, mecanismos e procedimentos internos destinados a prevenir, detectar e combater a corrupção e fraudes. Esse sistema orienta a conduta dos líderes, empregados e partes interessadas, fortalecendo o compromisso da APS com a promoção de uma cultura de integridade, transparência e ética em suas operações.

No ano de 2023, não ocorreu a avaliação do Indicador de Governança IG-Sest. No 6º Ciclo, em 2022, a Companhia alcançou a nota 9,37, registrando a maior pontuação histórica até então.



Resumo das principais práticas de governança adotadas pela APS:

- Conselho de Administração e Fiscal permanente, com competências e funcionamento definidos no Estatuto Social e Regimentos próprios;
- Existência de importantes artefatos de governança, dentre os quais destacamos:

- Código de Ética;
 - Manual de Conduta e Integridade;
 - Política de Governança Corporativa;
 - Política de Divulgação de Informações Relevantes;
 - Política para Transações com Partes Relacionadas;
 - Política de Distribuição de Dividendos;
 - Política de Gerenciamento de Riscos;
 - Política de Competências e Alçadas Decisórias dos Administradores;
 - Política de Gestão de Pessoas;
 - Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos Estatutários;
 - Política de Indicação e Sucessão dos Membros dos Órgãos Estatutários;
 - Política de Porta-Vozes;
 - Política de Seleção dos Titulares das Unidades Internas de Governança;
 - Política de Gestão de Continuidade do Negócio;
 - Política de Integridade;
 - Política de Segurança e Privacidade e SGPI.
- Existência de um Sistema de Integridade;
 - Administradores e Conselheiros fiscais sujeitos à avaliação dos requisitos e vedações previstos na Lei nº 13.303/16 e no Decreto nº 8.945/16;
 - Existência do Comitê de Auditoria Estatutário (Coaud) e do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (Copesur);
 - Existência do Relatório anual previsto na Lei nº 6.404/ 76;
 - Avaliação anual dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário e da Diretoria Executiva;
 - Publicação das demonstrações financeiras;
 - Existência de unidade de Corregedoria;
 - Auditoria Interna e Ouvidoria vinculada ao Conselho de Administração.

A estrutura de governança, o sistema de integridade da Companhia, bem como o Estatuto Social e Regimentos Internos dos órgãos de governança encontram-se disponíveis no site do Porto de Santos: <https://www.portodesantos.com.br/santos-port-authority/governanca-corporativa/> .

3.6. DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

O Estatuto Social da Companhia estabelece que a remuneração dos membros estatutários e, quando aplicável, dos demais comitês de assessoramento, é fixada anualmente em Assembleia Geral, nos termos da legislação vigente, sendo vedado o pagamento de qualquer forma de remuneração não prevista em Assembleia Geral.

A remuneração mensal devida aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal da empresa estatal não excederá a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores da Companhia, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da Companhia.

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é fixada em Assembleia Geral em montante não inferior à remuneração dos Conselheiros Fiscais.

A Companhia implementou a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos Estatutários a qual define os princípios e diretrizes relativos à remuneração dos membros desses órgãos, sua forma de aferição e pagamento, servindo como um instrumento corporativo de incentivo à melhoria da performance, ao alcance dos objetivos estratégicos e à sustentabilidade dos resultados da APS.

A remuneração global é composta pela remuneração dos diretores, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, sendo analisada pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração e encaminhada pelo Conselho de Administração para aprovação anual pela Assembleia Geral, sempre em alinhamento com as diretrizes da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest).

Especificamente aos diretores, a remuneração é composta pelo honorário fixo, honorário variável mensal (HVM), remuneração variável anual (RVA), gratificação natalina e de férias, auxílio-moradia, auxílio alimentação, plano de saúde, seguro de vida e previdência complementar.

O HVM é um dos componentes da remuneração variável dos diretores, sendo avaliado trimestralmente. Sua atribuição está associada à análise dos resultados alcançados e ao cumprimento de metas pela Diretoria Executiva, conforme os

compromissos e ações estabelecidos pelo Ministério Supervisor e pelo Consad, com aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

Outro componente relacionado à parcela variável dos diretores é o Programa de Remuneração Variável Anual (RVA), regido pelo art. 152 da Lei nº 6.404/1976, pelo Estatuto Social, pela Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos Estatutários e pelas orientações da Sest, nos termos das alíneas “i” e “m” do inciso VI do art. 36 do Decreto nº 11.437/2023.

O RVA é medido anualmente e está vinculado ao desempenho da gestão, de modo a garantir a implementação da estratégia corporativa, o alcance de resultados na Companhia e a execução das políticas públicas. O programa do RVA somente tem validade após aprovação do Conselho de Administração da Companhia, do Ministério de Portos e Aeroportos e Sest.

As informações sobre a remuneração dos administradores e dos Conselheiros Fiscais, bem como a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos Estatutários, estão disponíveis no site do Porto de Santos.

DOCUMENTO	LINK DE ACESSO NO SITE DO PORTO DE SANTOS
Remuneração da Administração	https://www.portodesantos.com.br/transparencia/
Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos Estatutários	https://www.portodesantos.com.br/santos-port-authority/governanca-corporativa/politicas-e-codigos/

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Autoridade Portuária de Santos S.A. declara que subscreveu nesta data a Carta Anual de Governança Corporativa e Políticas Públicas, referente ao exercício de 2023, em conformidade com os incisos I, III e VIII do art. 8º da Lei nº 13.303, de 30/06/16.

Documento assinado eletronicamente.

Carlos Henrique Martins de Lima
Presidente do
Conselho de Administração

Adilson Luiz Gonçalves
Conselheiro de Administração

Cassandra Maroni Nunes
Conselheira de Administração

Fabio Lavor Teixeira
Conselheiro de Administração

Mariana Pescatori Candido da Silva
Conselheira de Administração

Sidney Antonio Verde
Conselheiro de Administração

Thiago Benito Robles
Conselheiro de Administração